

Vladimir Herzog e a Rádio Jornal do Brasil – AM

Ana Baumworcel

Resumo

Ao analisar a informação veiculada pela Rádio Jornal do Brasil-AM sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, constatamos que a emissora criou, em 1975, dois planos discursivos paralelos que possibilitaram uma polifonia para o seu dizer silenciado pelo regime militar. E, se por um lado, reproduziu a posição enunciativa da ditadura, contando a história do ponto de vista do governo, por outro criou mecanismos para produzir um discurso de contraponto à voz-única, questionando a versão oficial de suicídio. Este texto mostra como foi a cobertura feita pela emissora carioca durante o episódio que completa, em 2005, trinta anos.

Palavras-chave

Vladimir Herzog, Rádio Jornal do Brasil-AM, censura

Abstract

An analysis of the information transmitted by AM radio Jornal do Brasil about the death of journalist Vladimir Herzog reveals that, in 1975, the station developed two parallel polyphonic discourses to deal with censorship during the military rule. On one hand, the station repeated the military's position telling the story from the government's point of view. On the other hand, the station questioned the official version of Herzog's suicide. This study shows thirty years later how radio Jornal do Brasil covered the episode.

Keywords

Vladimir Herzog, Radio Jornal do Brasil AM, Censorship

“Alguém ligou o rádio e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio (...) depois sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordaça. Mais tarde, os ruídos cessaram.”¹

“A incomunicabilidade começava a se romper. Alguns jornais começaram a intrrometer-se em nossas celas embrulhando bananas. Um radinho de pilha era autorizado a funcionar, transmitindo o jogo (...) O aparelho acabou ficando. O contato com as coisas do mundo começava a se restabelecer. E foi por este rádio que tomamos conhecimento da notícia...”²

“Senhor Deus dos desgraçados, disse-me vós, senhor Deus, se é delírio ou é verdade, tanto horror perante os céus.”³

Se, em 1975, foi o rádio que abafou os gritos de dor do jornalista Vladimir Herzog⁴, também foi o rádio que rompeu o silêncio, informando o que acontecia no país naquele ano.

E é este meio de comunicação o objeto deste texto. Mais especificamente uma emissora do Rio de Janeiro que esteve no ar de 1935 até 1993.

Numa época de cerceamento das liberdades democráticas, a Rádio Jornal do Brasil-AM, que se destacou pelo investimento no jornalismo e por uma imagem de credibilidade perante os ouvintes, precisou criar mecanismos para falar nas “entrelinhas” do discurso oficial, de forma a não perder audiência. Em trabalhos anteriores, demonstramos como a emissora construiu uma “retórica de resistência” em 1968⁵. No estudo aqui apresentado, ao investigarmos como foi a cobertura do caso Vladimir Herzog, confirmamos a importân-

cia da RJB-AM numa época de censura no país. A opção foi dar continuidade à linha de pesquisa seguida nos últimos anos, em que buscamos, a partir do material sonoro encontrado, analisar qual o protagonismo do rádio em determinado episódio histórico. O objetivo deste texto, portanto, é pesquisar qual foi o “lugar de fala” da JB-AM em 1975.

O documentário de retrospectiva do ano veiculado no dia 31 de dezembro e denominado “A história de 1975” tem 56 minutos. A primeira parte – 28 minutos e 32 segundos – é praticamente dedicada aos fatos internacionais. Valorizar o noticiário externo foi uma das táticas da emissora durante o período autoritário no Brasil. Procópio Mineiro, roteirista deste documentário, esclarece que “uma das armas usadas pelos jornalistas da equipe era fazer insinuações através de comparações com ditaduras militares em outros países. Era uma comunicação indireta”⁶.

“A história de 1975” começa com o rufar de tambores:

Sonora⁷: Viva El Rei !

Coro: Viva!

Sonora: Viva Espanha!

Coro: Viva!

Locutor: Mudanças, ainda, na Península Ibérica./// Começo de novos conflitos./// Fim de uma guerra devastadora.///

Sonoras sobre guerra do Vietnam.

Locutor: Desacordos antigos se agravam, aumentam incertezas.///

Sonora: Não se confunda dignidade...

Sonora: O governo vai autorizar a Petrobrás, sem a quebra do regime do monopólio, a realizar contratos com cláusulas de risco em áreas previamente selecionadas.///

Sonora: O Brasil sempre foi a favor do desarmamento geral, o que não se pode fazer é

¹Depoimento de Rodolfo Konder, preso político que estava no DOI-CODI paulista quando Herzog foi torturado. JORDÃO, 1984, p.197.

²Carta de presos políticos do Presídio do Cambuci, São Paulo, enviada à redação do jornal alternativo Ex, em 1975. ALMEIDA FILHO, 1978, p.81.

³Castro Alves citado pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas, em 27 de outubro de 1975, durante o enterro de Herzog. ALMEIDA FILHO, 1978, p.30.

⁴Com 38 anos, Vladimir Herzog era casado com Clarice e tinha dois filhos. Tímido, miúdo, vivera dois anos na Inglaterra, onde fez curso de televisão e trabalhou no serviço brasileiro da BBC. “Era um tipo reflexivo, mais preocupado com a cultura do que com a política. O negócio dele era cinema, música e teatro”, GASPARI, 2004, pg.174. Trabalhava na TV Cultura de São Paulo e antes na revista Visão. Foi professor da FAAP (Fundação Armando Alves Penteadó) e depois da ECA (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo). Apareceu morto no dia 25 de outubro de 1975, amarrado na grade da cela do DOI-CODI paulista por um cinto. Mas a fotografia oficial mostrava que a barra da grade era muito próxima do chão, tornando a versão de suicídio difundida pelo II Exército inviável. O presidente Geisel admitiu que “aquilo foi um verdadeiro assassinato” (COUTO, 1999, p.182). JORDÃO (1984, p.54) acredita que Herzog sofreu uma parada cardíaca devido a uma descarga forte de choque elétrico.

Em 27 de outubro de 1978, foi divulgada a sentença que responsabiliza a União pela prisão ilegal, tortura e morte do jornalista. No lento processo judicial, Clarice foi defendida pelos advogados Heleno Frago, Sergio Bermudes, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e Samuel Mac Dowell de Figueiredo, Idem, p.15 e 222.

⁵Na pesquisa sobre a RJB -AM, demonstramos como o discurso sonoro construído pela emissora, em 1968, possibilitou “ver” e “sentir” a “imagem” do país num momento de “trevas”. BAUMWORCEL, 1999 e 2003.

⁶O Jornalista deu entrevista à autora em janeiro de 2005.

⁷As sonoras coladas na abertura do documentário da RJB-AM não foram identificadas.

⁸ORLANDI, 1995, p.83.

⁹Em 1974, o ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva afirmou que a campanha anti-guerrilha levou à comunidade de informação a uma autonomia perigosa porque, se continuasse sem controle, apresentaria ameaças para os militares brasileiros. COUTO, 1999, p.146. O presidente Ernesto Geisel temia que influenciados pelos capitães portugueses, os jovens oficiais acreditassem que “no Brasil está tudo errado, que somos velhos ultrapassados”. GASPARI, 2004, p.30. “Se não lançarmos idéias novas de ação, o organismo deve cair... É o caso da Espanha e foi o caso de Portugal. Aquele governo do Salazar foi ótimo numa fase, depois não soube evoluir e cristalizou.

desarmar os desarmados e armar os armados.//

Vinheta de abertura com música pomposa.

Locutor: A Rádio Jornal do Brasil apresenta: A história de 1975.///

Técnica – música /// Corta e muda para um som estridente.

Locutor: Na madrugada de 20 de novembro, morreu o generalíssimo Francisco Franco, em Madri, após agonia de um mês inteiro./// Sonora de discurso em espanhol.

Locutor: Foi no sábado, 21 de novembro, que o príncipe Juan Carlos assumiu o trono espanhol como Juan Carlos Primeiro prometendo estabelecer a boa convivência no país./// Uma necessidade urgente numa Espanha cada vez mais dividida (...).///

Técnica: música///// Som estridente.

Locutor: 1975 foi outro ano de acontecimentos cruciais em Portugal./// A revolução viveu momentos dolorosos (...) /// Sofreu duas tentativas de golpe (...) /// Como lembrança deste ano, a revolução portuguesa leva a marca perigosa da divisão das Forças Armadas.////.

Lembramos que quando somos impedidos de falar “x”, produzimos um “y” que significa por outros processos, dando lugar à “retórica da resistência”. E “em uma conjuntura dada, como a da censura, as formações discursivas determinam o que pode e o que deve ser dito”⁸. Voltando para a abertura do documentário, percebemos a exaltação de “Viva a Espanha” que trocou um general por um príncipe em busca de “boa convivência, uma necessidade urgente num país dividido”. Constatamos novos conflitos em Portugal, com a “revolução vivendo momentos dolorosos (...) e a perigosa marca de divisão das Forças Armadas”.

Se considerarmos que a audiência projetada pela RJB-AM era de ouvintes cultos,

ouvintes que decifravam meias-palavras, poderemos considerar que a mensagem foi entendida. Uma mensagem que trazia de forma implícita que não era só em Portugal que havia uma “perigosa divisão nas Forças Armadas”⁹, nem só a Espanha que necessitava de “boa convivência” entre civis e militares. Enquanto, no Brasil, vivia-se o “non sense” de “armar os armados e desarmar os desarmados”¹⁰.

Portanto, independente de sua intenção e da consciência do que produziu, a emissora ao criar diferentes formas para o seu dizer conseguiu se expressar durante a ditadura, ao mesmo tempo em que se fazia entender por aqueles que completassem o raciocínio através do conhecimento prévio daquele mecanismo. Um mecanismo que foi utilizado repetidas vezes durante todos os anos do regime militar no país, tornando-se praticamente um novo código. Um código que virou rotina. Um código de denúncia de que a emissora estava censurada.

Podemos, ainda, observar como a palavra “golpe” foi mencionada várias vezes no noticiário internacional do documentário sonoro citado. Era como se a emissora quisesse, através da repetição, chamar a atenção do ouvinte para o fato de que vivíamos, em 1975, ainda sob as restrições implantadas em 1964.

Locutor: “Tentativas de golpe em Portugal (...), irregularidades da CIA com envolvimento em golpes de Estado (...), julgamento de militares na Grécia, golpes de Estado na Nigéria, Madagascar e Bengala (...), general afastado no Peru (...), crimes políticos que passaram de 600 este ano (...) alta do petróleo provoca crise (...)”.

Assuntos que remetiam para a situação

no Brasil. E como dizia a música cantada por Elis Regina, na época, eram “dois pra lá, dois pra cá” e qualquer semelhança não era mera coincidência. Interessante também perceber como o cenário de “golpe militar” se diferenciava muito do “ano eleitoral liberalizante na Europa”. A expressão “ano eleitoral liberalizante” trazia a lembrança de que não havia eleição direta para presidente no país desde 1964, ao mesmo tempo em que deixava no ar o gostinho da vitória da oposição em 1974.

Em 15 de novembro de 1974, a população disse não ao governo. Os candidatos tiveram acesso ao rádio e à televisão na campanha para renovação de um terço do Senado e o MDB (oposição) ganhou 16 cargos, enquanto a Arena (governo) apenas seis. No conjunto, o MDB saltou de sete para 20 senadores e a Arena caiu de 59 para 46. Na Câmara, o MDB passou de 87 deputados para 165 e a Arena caiu de 223 para 199. O governo perdeu os dois terços necessários para a aprovação das emendas constitucionais¹¹. O ano de 1974 assinalou o primeiro recuo significativo do poder tecnocrata-militar¹². A eleição de 74 encurralou a ditadura¹³.

Mas é só na segunda parte do documentário da RJB-AM (27 minutos e 28 segundos) que a situação política no Brasil é explicitamente retratada.

Locutor: Uma possível reforma constitucional foi um assunto que interessou a muitos políticos partidários de um aprofundamento rápido da distensão política atribuída ao governo./// Mas a primeiro de agosto, o presidente Geisel fez um retrospecto de seu governo e re-explicou a tão discutida distensão.///.

Sonora do presidente: Muito se tem publicado e discutido sobre a distensão, atribuindo

ao governo e, notadamente, ao presidente da República intenções, objetivos, avanços, recuos, pressões, etc...Uns e outros, absolutamente, não correspondem à realidade.

Locutor: E Geisel acrescentava que é preciso um desenvolvimento harmonioso para o país nos planos político, econômico e social.//// Só este equilíbrio permitiria o fim das tensões.///

Ao qualificar “discutida distensão”, a emissora traz questionamentos implícitos: Seria a distensão uma figura de retórica? Existiria realmente alguma abertura? Em “distensão política atribuída ao governo” colabora para a indagação: Seria a distensão uma dívida do presidente ou seria uma imposição de um contexto de correlação de forças em que o governo se via desgastado? Este trecho do documentário reflete a polêmica do período sobre a “distensão lenta, gradual e segura”.

O historiador Manuel Maurício de Albuquerque¹⁴ defende que a ditadura começou a apresentar sinais de envelhecimento depois da gestão do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A crise econômica não fora eliminada e, a partir do agravamento da questão social, as críticas ao modelo imposto se tornaram frequentes. Em outras palavras, o poder ditatorial e a motivação para as práticas repressivas de extermínio da subversão iam perdendo fôlego. O presidente Geisel (1974-1979) parecia perceber e por isso defendia um “desenvolvimento harmonioso para acabar com as tensões”.

A repressão política criara um poder militar paralelo, ameaçando a ordem dentro das próprias Forças Armadas. Era preciso enquadrar o aparelho repressivo do Estado na hierarquia e na disciplina militar. Segundo o governador do Rio, almirante

Ora, se nós não criarmos nada de novo, vamos ter o mesmo destino”, afirmação de Geisel durante reunião com o Alto-Comando das Forças Armadas, em janeiro de 1975, Idem, p.32. O ministro da Marinha, almirante Geraldo Henning alertou sobre a insatisfação dos jovens oficiais com os salários nesta mesma reunião, Idem, p.31.

¹⁰A colagem da sonora na abertura, sem identificação, deixa implícito o sentido mencionado. No meio do documentário, o locutor informa que, na Alemanha, durante assinatura do acordo nuclear, o ministro das Relações Exteriores, chanceler Azeredo da Silveira, fez esta declaração em resposta aos EUA, sobre ameaça de armas atômicas.

¹¹Em conversa com o governador do Rio, almirante Faria Lima, o presidente Geisel admitiu: “olhe o informe do SNI. Nós perdemos em toda a linha”. COUTO, 1999, p.161.

¹²ALBUQUERQUE, 1981, p.646.

¹³GASPARI, 2004, p.13.

¹⁴1981 p.646.

Faria Lima, Geisel teria lhe dito que “a corrupção nas Forças Armadas está tão grande que a única solução para o Brasil é fazer a abertura”¹⁵. Já GASPARI relata em “A ditadura encurralada” como foi necessário amenizar a censura a alguns jornais para que ela não prejudicasse a fiscalização da imprensa e facilitasse a corrupção¹⁶. As emissoras de rádio e televisão, no entanto, continuavam vigiadas.

Na “história de 1975”, a RJB-AM omitiu, por exemplo, o discurso do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, feito logo após o pronunciamento de Geisel sobre a distensão naquele primeiro de agosto. Ulysses disse que “é óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado que o governo baseado na força”. A insinuação ao sargento assassino de Uganda, que se tornou caricatura dos ditadores militares, foi entendida como insulto¹⁷. O episódio marcou a relação da oposição com o governo e o fato da emissora ter silenciado sobre isso desmascara um mecanismo discursivo que traz em si a própria materialização da censura.

A RJB-AM ao privilegiar apenas o pronunciamento do presidente Geisel reproduzia um discurso monofônico. Era uma só voz. A voz permitida. Essa voz permitida era, portanto, monofônica, ou seja, aquela que não traz em si a estrutura dialógica com seu interlocutor; ela fala sozinha. No entanto, essa monofonia pode ser só aparente, quando se percebe não o que a emissora deixou de dizer em palavras, mas o que ela revelou pela sonoridade. Uma sonoridade que fala do lugar da denúncia, da resistência ao arbítrio e à censura, trazendo o que era proibido dizer, subvertendo em determinados momentos o sentido aparente.

Técnica - SOM RÁPIDO E CORTANTE.

Locutor - Na última semana de outubro desenhou-se uma crise política a partir de São Paulo.//// Por suspeita de ligações com o partido comunista (MÚSICA EM BG) muitas

pessoas foram presas, entre elas, vários jornalistas./// Um deles, Vladimir Herzog, chefe do telejornalismo da TV Cultura morreu a 25 de outubro, horas após apresentar-se para depoimento no DOI-CODI.//// (MÚSICA EM BG).

Locutor - O corpo foi achado numa cela (PEQUENA PAUSA) enforcado e as autoridades de segurança explicaram (MÚSICA EM BG) que (PEQUENA PAUSA) Herzog se (PEQUENA PAUSA) suicidou após um bilhete que acabou rasgando.//// (MÚSICA EM BG) Houve um culto ecumênico na catedral de São Paulo, presidido pelo cardeal Paulo Evaristo Arns em ambiente de grande comoção.////Um inquérito foi realizado, concluindo que (PEQUENA PAUSA) Vladimir Herzog se (PEQUENA PAUSA) suicidou mesmo.////

Locutor – Como em outras situações de emergência, o presidente deslocou-se para o local dos acontecimentos.//// A extrema tensão política desses dias diminuiu aos poucos e vários pronunciamentos confirmavam o reforço da autoridade presidencial.////.

Ao analisar este material sonoro, identificamos uma polifonia que transborda pelos fonemas. A entonação do locutor Eliakim Araújo acaba dando um outro sentido à mensagem. Lembremos que o rádio informativo pode causar uma verdadeira emoção estética, se utilizar a linguagem radiofônica como um autêntico instrumento de comunicação e expressão¹⁸. ARNHEIM¹⁹ defende que o sentido da palavra

¹⁵COUTO, 1999, p.151.

¹⁶A censura ao jornal Estado de São Paulo, por exemplo, acabou em janeiro de 1975 e Golbery teria dito: “sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador que eu”, GASPARI, 2004, p.22. No entanto, PEROSA (2001, p.96) afirma que o Estadão colidia sem meios-termos com a linha-dura, criticando os órgãos de segurança e no caso Herzog não “pintou as cores de suicida, tampouco de comunista”, cobrando o respeito ao Estado de Direito, como no editorial “Os limites da tolerância” publicado em 28/10/1975.

¹⁷GASPARI, 2004, p.102.

¹⁸BALSEBRE, 1994, p.31.

¹⁹Citado por BALSEBRE, 1994, p.40.

no rádio se dá pela entonação do locutor e que a riqueza expressiva do meio está nas cores do som reveladas basicamente através de quatro fatores: intensidade, volume, intervalo e ritmo. O tratamento musical da voz, sem prejuízo para a significação semântica (inteligibilidade do texto em um contexto comunicativo), também deve estar presente. No rádio, o componente estético da mensagem transcende o significado puramente lingüístico da palavra. Portanto é fundamental aceitar a importância das dimensões acústicas como a intensidade, o tom, o timbre e o ritmo na codificação da palavra radiofônica²⁰.

Por exemplo, no documentário, a pequena pausa antes da palavra “enforcado” chama a atenção do ouvinte, funcionando como se fosse o negrito na escrita. A pausa dá destaque, valoriza a palavra e traz, como uma mensagem de “entrelinhas”, a idéia central a ser fixada. Ele “foi achado enforcado” o que não significa que o jornalista se enforcou. Pelo contrário, a frase tem um sujeito oculto, ou seja, alguém achou o corpo enforcado. Neste trecho, a RJB-AM deixa transparecer que não sabe quem cometeu e nem como ocorreu o ato de enforcamento.

São as pequenas pausas²¹ que dão espaço para a percepção das contradições na estrutura da sentença. São estas interrupções que expõem a tensão, como no trecho “as autoridades de segurança explicaram que (PEQUENA PAUSA) Herzog se (PEQUENA PAUSA) suicidou após um bilhete que acabou rasgando”. Mais uma vez, então, a RJB-AM deixa no ar a suspeita sobre a versão do regime ao enfatizar que o suicídio é “uma explicação das autoridades de segurança”. É uma forma de dizer sem se comprometer com o dito. A emissora não afirma que Vladimir se suicidou, foram

eles (as autoridades de segurança) que disseram.

Ao mesmo tempo, as pequenas pausas acarretam uma sensação de que o texto está sendo dito com dificuldade. É uma sonoridade levemente interrompida, entrecortada. Marcas implícitas da censura. A censura age sobre o que é suposto que o sujeito saiba. E para analisar a censura, precisamos entendê-la “como fato de linguagem que produz efeitos enquanto política pública de fala e silêncio. O silêncio da censura não significa ausência de informação, mas interdição”²². No entanto, se “a censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio, o silêncio significa em si. E, assim à “retórica da opressão” - que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos - responde a “retórica da resistência”, fazendo esse silêncio significar de outros modos”²³. E foi o que a RJB-AM fez.

A emissora, também, soube construir uma narrativa a partir da seleção de determinadas palavras que insinuavam mais do que afirmavam. E este foi um outro recurso de resistência ao discurso imposto pelo governo militar. Optou-se por “suspeita de ligações com o partido comunista” ao invés de integrante do PC. Outro exemplo está em “morreu a 25 de outubro, horas após apresentar-se para depoimento no DOI-CODI”. Esta sentença instiga a dúvida, trazendo um questionamento implícito, ou seja, poderia uma pessoa se matar tão rapidamente, horas depois de apresentar-se para depoimento?²⁴

O destaque à “grande comoção” no culto ecumênico, registra o sentimento da população e demonstra a repercussão do episódio. O culto ecumênico foi citado no documentário de fim de ano, mas no dia de sua realização, ele não foi divulgado na RJB-AM. Em 31 de outubro de 1975, a emissora

²⁰Idem, p.41.

²¹FERRERI, citado por BALSEBRE (1994, p.39) escreveu sobre a força sugestiva da voz humana e a arte de colorir uma notícia através do sentido dado pela pausa.

²²“Para que falar em voz alta, meu filho, se todos nós estamos conversando em silêncio?” Declarou o Bispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara, quando esteve em São Paulo para participar do culto ecumênico em memória de Vladimir. ALMEIDA FILHO, 1978, p.50. “Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?”. Declarou a atriz Ruth Escobar, durante o sepultamento de Herzog. JORDÃO, 1984, p.46.

²³ORLANDI, 1995, p.87.

²⁴O SNI registrou em documento secreto que a “opinião pública, na sua maioria, não acreditou na palavra oficial”, GASPARI, 2004, nota 45 da p.199.

²⁵Arquivo de notas da censura organizado pela jornalista e escritora Ana Maria Machado.

²⁶ALMEIDA FILHO, Hamilton, 1978, p.27 e 28.

²⁷MARCONI (1980, p.294) confirma que todas as emissoras de rádio foram proibidas de falar sobre o culto que ocorreu na Praça da Sé.

²⁸Entrevista concedida à autora em 31 de janeiro de 2005.

²⁹JORDÃO, 1984, p.191.

³⁰ALMEIDA FILHO, 1978, p.37. Já GASPARI (2004, p.74 e 75) esclarece que os desentendimentos entre o governador de São Paulo e o comandante do II Exército começaram depois que Paulo Egydio Martins, ao se queixar ao ministro Golbery, acabou ajudando a suspender a intimação ao arquiteto Eurico Prado Lopes para comparecer ao DOI-CODI. O general Ednardo era ligado ao ministro do Exército, Sylvio Frota (ambos demitidos por Geisel) e o governador Egydio ao general Golbery, considerado pela linha dura traidor. Vladimir era diretor da TV Cultura, emissora do governo do Estado de São Paulo. Também foi Paulo Egydio quem avisou para Geisel sobre a morte do operário Manuel Fiel Filho no DOI-CODI.

³¹JORDÃO, 1984, p.192.

³²ALMEIDA FILHO, 1978, p.52.

³³Acusado de ser do PC do B e de tentar reorganizar a UNE, o cunhado do cartunista Henfil sofreu no pau-de-arara, com choque, espancamento e afogamento quando esteve preso no DOI-CODI, COUTO, 1999, p.186 e 189.

³⁴1999, p.189.

³⁵2004, p.26.

ra recebeu a seguinte informação pelo telefone:

“De ordem superior fica proibida a divulgação, através de emissoras de rádio e tv, de notícias, comentários, entrevistas e reportagens vinculadas ao culto religioso em memória do jornalista Vladimir Herzog.”²⁵

Portanto, ao contrário do dia do sepultamento de Herzog, quando quase todas as emissoras de rádio de São Paulo divulgaram a nota oficial do II Exército e o comunicado do Sindicato dos Jornalistas convidando para o enterro²⁶, em relação ao culto religioso a censura foi taxativa²⁷.

A RJB-AM não falou só do lugar de denúncia na “História de 1975”. No trecho sobre a conclusão do inquérito, por exemplo, a palavra “mesmo” reafirma a posição enunciativa da ditadura e reforça que “houve um suicídio mesmo”. Este trecho revela, portanto, uma ambigüidade no discurso da emissora que, em alguns momentos, questionou a versão oficial, em outros, a reproduziu. A seguir o locutor afirma que a “situação é de emergência e de extrema tensão política, mas que pronunciamentos confirmavam o reforço da autoridade presidencial”. A “extrema tensão política” acaba sendo quase uma justificativa para a ambigüidade da RJB-AM e “o reforço da autoridade presidencial” deixa transparecer o conflito interno das Forças Armadas.

O roteirista do documentário, Procópio Mineiro, acredita²⁸ que o próprio governo permitiu a divulgação do “pretensão suicídio” porque tinha interesse nisso:

“O caso Herzog foi enigmático, pois a partir dele começamos a perceber que o governo não era um bloco coeso e que correntes brigavam entre si dentro do próprio regime militar. Foi uma surpresa quando percebemos

que o governo permitia divulgar o pretensão suicídio, mostrando contrariedade e, posteriormente, na morte do operário Manuel Fiel Filho, também em São Paulo, Geisel acabou demitindo o comandante do II Exército, general Ednardo D’Avila Mello, que representava a linha dura. Fomos percebendo as contradições do governo Geisel e a luta subterrânea dentro da repressão.”

Vlado, como era chamado por parentes e amigos, foi o epicentro de um terremoto artificial²⁹. Vlado foi usado como bode expiatório na briga de áreas política e militar³⁰. E tudo indica que a morte de Vlado tenha brechado um processo de radicalização direitista do regime militar³¹. A morte de Vlado foi um divisor de águas, a partir dali o governo retomou o controle da situação que escapava das mãos, houve uma contra-ofensiva do grupo militar que defendia a distensão³².

A morte do jornalista Herzog (25 de outubro de 1975), seguida da morte do operário Manuel Fiel Filho (17 de janeiro de 1976) e da exoneração do general Ednardo D’Avila Mello (janeiro de 1976) acabaram contribuindo para a redução da tortura no Brasil e para o fim da impunidade do aparelho de segurança. Segundo depoimento de Gildásio Consenza, que esteve no DOI-CODI paulista³³, “a tortura tinha se massificado, eles pegavam pessoas indistintamente e torturavam todo mundo (...) A orientação era deixe sem comer, sem beber (...) e tinha também a tortura psicológica”.

COUTO³⁴ acrescenta que os métodos de tortura sofisticaram-se inclusive com “assistência técnica de estrangeiros: americanos e ingleses”. GASPARI³⁵ conta que Marco Antônio Coelho, preso no dia 18 de janeiro de 1975 por acusação de ser do PCB, ficou “incomunicável, nu, com qua-

tro colheres de arroz, uma caneca de café e outra de água por dia. Emagreceu 25 quilos em um mês e chegou a beber de um urinol sujo. Os choques elétricos lesaram-lhe um tímpano e em 37 dias sofreu dezoito interrogatórios, sendo que o mais longo durou catorze horas”. Um bilhete com instruções para a “turma do Coelho”, que dizia “Atenção - Forçar a barra, porém sem deixar marca”, foi parar nos autos do processo.

O documentário da RJB-AM não fala explicitamente da tortura, “palavra maldita”³⁶, nem dá detalhes sobre a ofensiva contra o PCB, partido clandestino na época.

Locutor: A instabilidade econômica refletiu-se, de algum modo, na evolução do processo de distensão política proposto pelo presidente Geisel.//// Desde o início de seu governo, os projetos reformistas, por mais de uma vez, esbarraram em fatos, como a descoberta da gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro, (...)//

A emissora apenas cita a gráfica do PCB, mas não esclarece que “com o Araguaia no silêncio da floresta”³⁷, o Centro de Informações do Exército avançara sobre o PCB”, acusado de participar de articulações que contribuíram para a vitória eleitoral do MDB em 1974³⁸. As informações do CIE sobre o PCB ultrapassavam, pela amplitude, o conhecimento que a própria direção do partido tinha a respeito de seus quadros³⁹.

A questão da tortura desvendava os limites da distensão e o presidente Geisel demonstrou preocupação durante reunião do Alto-Comando das Forças Armadas, em janeiro de 1975: “Nós continuamos a ter um grande fator negati-

vo, que são alguns setores nos acusando de torturas, procedimentos ilegais (...) Acho que nós temos que ter cuidado para que isso não vire um bumerangue contra nós”⁴⁰. Em outro momento, depois de receber carta de uma pessoa ameaçada, desabafou diante de Golbery: “Têm que acabar esses DOIs, CODIs. São organizações espúrias”⁴¹. Um documento do SNI de setembro de 1975 apontava a indisciplina existente nos dois⁴². Lá, era comum o seguinte monólogo:

“Você sabe onde é que você está? Aqui é o porão do regime! Agora (...) vai falar lá com aquele comunista de Brasília, aquele puto do Golbery! Vai se queixar lá com aquele comunista, porque a gente não vê a hora de pendurar ele aqui também!”⁴³. “Eu quero pegar esse Geisel e esse Golbery aqui. O que fiz com você é fchinha.”⁴⁴

O presidente e o ministro da Casa Civil “queriam tirar os cadáveres do armário, enunciando compromisso com a averiguação para bloquear o porão”⁴⁵. Desde o início do governo, o general Golbery criara uma rede de informantes que lhe davam notícias e levavam denúncias do que sucedia no porão (...) Recebia as queixas do deputado Célio Borja, do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, do governador de São Paulo, Paulo Egydio⁴⁶.

“General, a notícia é má. Parece que mataram – e foi a polícia ou o Exército que matou – o diretor da nossa TV Cultura de São Paulo”, disse D. Paulo no telefone. “Essa gente desgraçada está trabalhando contra nós para destruir o governo”, reagiu Golbery, descontrolado⁴⁷.

O jornalista Procópio Mineiro lembra

³⁶A palavra tortura era maldita para a censura, mas o jornal Estado de São Paulo publicou a carta de Tereza, esposa de Marco Antônio Coelho, sobre as torturas que ele sofria. GASPARI, 2004, p.43 e 44. No rádio e na televisão a palavra tortura ainda era proibida.

³⁷Na época, era comum se providenciar o desaparecimento dos desaparecidos com equipe da FAB exumando cadáveres dos guerrilheiros do PC do B no Araguaia. Lá, os incineravam em piras de pneus encharcados de gasolina. GASPARI, 2004, p.39 e 40. Terminada a luta armada, a Comunidade de Informações jejuava. Idem, p.105.

³⁸Idem, p.24.

³⁹Haviam identificado quinhentos militantes em São Paulo, entre eles, Sarita D’Avila Mello, parente do comandante do II Exército, que também foi torturada. JORDÃO, 1984, p.194 e GASPARI, 2004, p.169 e 170.

⁴⁰GASPARI, 2004, p.30.

⁴¹Idem, p.72.

⁴²Idem, p.74.

⁴³Depoimento do jornalista Frederico Pessoa da Silva, preso no DOI-CODI. JORDÃO, 1984, p.194.

⁴⁴Depoimento de Gildásio Cosenza sobre o que ouviu dos torturadores. COUTO, 1999, p.188.

⁴⁵GASPARI, 2004, p.37.

⁴⁶Colbery chegou a pedir a Célio Borja que fizesse vazar para a

imprensa a informação de que se preparava uma onda de prisões contra o PCB. Idem, p.41.

⁴⁷Idem, p.178.

⁴⁸1984, p.57.

⁴⁹Em Cidadania proibida, o caso Herzog através da imprensa, PEROSA (2001) faz um interessante trabalho de investigação e análise de como foi a cobertura do episódio por quatro jornais paulistas (O Estado de São. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal da Tarde e Folha da Tarde), apontando os que abordaram temáticas proibidas (tortura, entre outras) e, assim, acabaram reforçando e ampliando o processo de abertura política. Demonstra, também, como foi a atuação dos que acabaram se tornando “força auxiliar dos órgãos de repressão”.

⁵⁰JORDÃO, 1984, p.58.

⁵¹COUTO, 1999, p.169.

⁵²MARCONI, 1980.

⁵³Em entrevista à autora para a dissertação: Sonoridade e Resistência, a RJB-AM na década de 60, defendida em 1999, p.70 e 71.

que as notícias sobre Herzog eram enviadas para a imprensa pelo próprio governo e, “dentro da margem da censura”, os redatores da RJB-AM davam um tratamento específico ao texto, sempre com o pensamento de que o que não estava explicitamente proibido, era possível de ser dito. A rádio aproveitava as reportagens das sucursais do Jornal do Brasil, que chegavam via telex na sede da empresa e adaptava-as para a linguagem radiofônica. Dessa forma, acabava reproduzindo um pouco a posição enunciativa do Jornal do Brasil por pertencer ao mesmo grupo empresarial. No entanto, mantinha certa autonomia e era mais censurada do que o periódico naquela época.

JORDÃO⁴⁸ revela como a morte de Herzog ampliou o espectro da oposição ao regime e como os editoriais de alguns jornais refletiram isso, cobrando a responsabilidade pelo clima de terror no país⁴⁹. Um dos editoriais do JB deste período defendeu: “A guerra seria mais facilmente vencida se utilizasse métodos mais compatíveis com as normas sociais (...) Em nome da repressão preventiva podem ser atingidos, indistintamente, inocentes e culpados”. Segundo Walter Fontoura, editor-chefe do JB⁵⁰, na época, “foi mais fácil lidar com Geisel, pois a censura começava a acabar”⁵¹.

Mas o governo descobriu que poderia exercer o controle econômico da mídia, retirando a publicidade oficial ou pressionando anunciantes particulares para não investirem nas empresas de comunicação incômodas. Esta técnica foi largamente utilizada na década de 1970, como conta MARCONI⁵². Foi o que aconteceu com o JB que denunciou em 1974 o favorecimento oficial da Dow Chemical para importação de material químico,

empresa em que o ministro Golbery havia sido presidente. Como represália o jornal sofreu cortes de financiamento. Ana Maria Machado⁵³, chefe do departamento de jornalismo da RJB-AM de 1973 a 1980, avaliou que a ditadura “matou” o JB não dando a concessão prometida de uma emissora de TV, por ele ter sido um jornal questionador.

Sobre a rádio, Ana Maria fez um documento que encaminhou à Associação Brasileira de Imprensa, em 1977, onde argumenta que “o processo de proibições não escritas, sem deixar vestígios sujeita os jornalistas de rádio a viver em uma situação de puro arbítrio, em que a censura age de fato, mas não se escora em qualquer amparo legal, dando a impressão de não existir. O silêncio que pesa sobre a censura à imprensa acaba dando a impressão de sua inexistência, mas no rádio a situação não mudou”. As proibições chegavam às emissoras de rádio pelo telefone e o agente policial não se identificava.

Em outros momentos, os agentes do Denrel apreendiam, sem deixar recibo, as fitas rolo com as gravações do noticiário, que ficaram conhecidas como fitas “dedo-duro”. Não era preciso lei, papel, bastavam as ordens ditadas pelo telefone. Ordens que explicitavam a monofonia característica do discurso do autoritarismo. Ana Maria decidiu traçar uma estratégia de resistência e instituiu um processo de registrar todas as proibições, definindo que quem atendesse o telefone deveria datilografar a mensagem recebida e pedir identificação do agente policial para confirmar a proibição, além de colocar data e horário. Dessa forma começou a arquivar as notas da censura. “Depois de um certo tempo, já conhecíamos as vozes da censura”⁵⁴.

Através dessa sistematização, a equi-

pe percebeu que não era o assunto todo que estava proibido, havia uma gradação e os redatores, então, tentavam transmitir algo através das brechas deixadas. Por exemplo, em 31 de outubro de 1975, o proibido era falar sobre o culto ecumênico, mas não sobre o assunto Herzog em geral. No arquivo de notas organizado pela diretora de jornalismo da emissora, encontramos proibições feitas em 1975 relativas ao movimento estudantil, ao suicídio de um fuzileiro em Brasília, às notícias sobre desastre ferroviário com permissão apenas para a nota oficial da Rede⁵⁵, às prisões realizadas em São Paulo, ao artigo dos Bispos de São Paulo intitulado “Não temas, somos irmãos”, publicado no jornal Estado de São Paulo, entre outras. As notas guardadas por Ana Maria Machado são a materialização da censura ao veículo.

O jornalista César Mota, que trabalhou na RJB-AM entre 1972 e 1980, afirmou⁵⁶ que em alguns casos a equipe acabava se informando pela própria censura. “Soube da guerrilha do Araguaia porque ligaram proibindo a divulgação do assunto. O mesmo ocorreu quando militantes desapareceram, como Marco Antônio Coelho e outros”. César Mota lembra, também, que a equipe costumava retirar os telefones do gancho para que os agentes policiais não conseguissem passar as proibições antes dos principais noticiários. Ou seja, assim como o governo tinha poder para lacrar os microfones da rádio, a JB-AM também se valia de seu poder de lacrar os telefones às autoridades. Era um silenciamento de mão dupla.

“A história de 1975” utiliza a música instrumental como “cortina” que separa seqüências e conteúdos. Além disso, a trilha sonora estimula a função reflexiva

perante um assunto tratado, dá ritmo ao desenvolvimento da narrativa, dá ênfase a determinados trechos e proporciona múltiplas sensações. Destacamos como exemplo o som estridente que introduz o caso Herzog no documentário e a música em “back-ground” que traz emoção para o relato, valorizando a dramaticidade do assunto.

E para terminar, “Sem fantasia”. A música apresentada por Chico Buarque e Maria Betânia no palco do Canecão, em 1975, encerra o documentário da RJB-AM.

“E o instante de te ver, custou tanto penar/
não vou me arrepender, só vim te convencer/
que eu vim pra não morrer de tanto te esperar.

Eu quero te contar das chuvas que apanhei,
das noites que vareei no escuro a te buscar.

Eu quero te mostrar as mágoas que ganhei
nas lutas contra o rei (...).”

Ana Baumworcel

Jornalista e professora de Radiojornalismo da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Comunicação, Imagem e Informação (UFF). Coordenadora do Grupo de Trabalho – História da Mídia Sonora da Rede Alfredo de Carvalho. Organizadora do livro “Vargas, agosto de 1954, a história contada pelas ondas do rádio”, fruto da pesquisa coletiva do GT de Mídia Sonora da Rede Alcar.

Bibliografia

ABREU, João Batista. De ordem superior, fica proibido..., texto apresentado no grupo de trabalho de rádio do XXII Congresso da Intercom. Rio de Janeiro, 1999.
ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Pequena

⁵⁴Entrevista à autora em 1998.

⁵⁵Houve tumulto na Central do Brasil com quebra-quebra. Devido ao atraso, a população jogou pedras em vagões e dois trens bateram.

⁵⁶Entrevista à autora em 1998.

- História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1981.
- ALMEIDA FILHO, Hamilton. A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- BALSEBRE, Armand, El lenguaje radiofónico. Madrid: Cátedra, 1994.
- BAUMWORCEL, Ana. Retórica da resistência: sonoridade e sentido, texto apresentado no núcleo de pesquisa de mídia sonora do XXVI Congresso da Intercom. Belo Horizonte, 2003.
- _____. Sonoridade e Resistência: a RJB-AM na década de 60. Dissertação, Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói: UFF, 1999.
- _____. Os espaços de silêncio em a guerra dos mundos, In: Rádio e pânico. Organização: MEDITSCH, Florianópolis: Insular, p.45-54, 1998.
- COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- JORDÃO, Fernando. Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil. São Paulo: Global Editora, 1984.
- MARCONI, Paolo. Acensura política na imprensa brasileira: 1968-1978. São Paulo: Global Editora, 1980.
- ORLANDI, Eni. As formas do silêncio. Campinas: Unicamp, 1995.
- PEROSA, Lillian Maria Farias de Lima. Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2001.